

PLURALIDADES IDENTITÁRIAS,  
MOBILIZAÇÕES E PROCESSOS DE  
TERRITORIALIZAÇÃO NA PAN-AMAZÔNIA

*Alfredo Wagner Berno de Almeida*<sup>241</sup>

*Gabriel Locke Suchodolski*<sup>242</sup>

*Helen Catalina Ubinger*<sup>243</sup>

INTRODUÇÃO

**I**nterpretações oficiosas relativas ao Amazonas, de fins do século XVII aos anos 1970-80, enfatizaram aspectos geopolíticos. Engenheiros militares formularam as primeiras teorias geopolíticas a respeito. Esta preocupação geopolítica de integração, resguardando os interesses nacionais, foi retomada por pensadores militares como Mario Travassos<sup>244</sup>, Golbery do Couto e Silva<sup>245</sup>, Lysias Rodrigues<sup>246</sup> e Meira Matos<sup>247</sup>, todos voltados para geoestratégias. A questão foi estudada por vários in-

---

241 Antropólogo, coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e professor do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus-Amazonas, Brasil. Contato: pncsa.ufam@yahoo.com.br.

242 Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Contato: gls2135@columbia.edu.

243 Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA); doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Contato: helencatalina369@gmail.com.

244 TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1947.

245 COUTO e SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1967.

246 RODRIGUES, Lysias. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

247 MATTOS, Gal Carlos de Meira. *Brasil, Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1975. Vide também: *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1977. E, ainda: "Integração: Bacia do Prata ou Cone Sul?" São Paulo. *O Estado de São Paulo*. Cultura n. 8, 1980.

térpretes<sup>248</sup> e analisada criticamente<sup>249</sup>, abrindo um complexo campo de reflexões e debates.

Desde pelo menos a segunda metade do século XIX, estudos sociológicos de tradição ensaísta trouxeram diferentes interpretações sobre a Amazônia. Estudos antropológicos, realizados na segunda metade do século XX, como aqueles de Charles Wagley e Eduardo Galvão, abriram perspectivas de investigação do prisma da relação entre “raças e classes”. Outros estudos realizados duas décadas mais tarde, como o do antropólogo Otavio Velho, em meados dos anos 1970, alertaram para outras possibilidades de cotejo, realizando uma discussão em torno de estudos comparativos das “fronteiras em movimento”, repertoriando autores como Vianna Moog e Frederik Jackson Turner, comparando historicamente o desenvolvimento capitalista e a fronteira nos Estados Unidos e no Brasil. A interpretação de Velho (1976) evidencia na Amazônia uma vertente autoritária do desenvolvimento capitalista, apoiada num sistema repressor da força de trabalho ou na imobilização dos trabalhadores pela dívida<sup>250</sup>.

Evitando adentrar nos meandros do campo de disputas geopolíticas, buscaremos uma modalidade de reflexão de outro prisma, mais exatamente de uma leitura crítica capaz de relativizar o peso dessa dimensão geopolítica e de suas implicações, chamando a atenção para unidades sociais localizadas e para seu potencial de mobilização, que as torna laterais à cena política constituída. Para tanto, insistiremos numa modalidade de reflexão capaz de propiciar novas possibilidades de análise, ressaltando como sujeitos os agentes sociais mobilizados em torno de direitos territoriais e do reconhecimento de identidades coletivas.

---

248 GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del Cono Sur. Buenos Aires: El Cid Ed, 1979; ii) MELLO, Leonel I. A. A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata. Manaus: Ed. Univ. do Amazonas, 1997.

249 MIYAMOTO, Shiguenoli. Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico (Geopolítica e Política Externa no Brasil pós-64). Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP. São Paulo, 1985.

250 VELHO, Otavio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

## 8.1 “NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL” COMO FORMA DE ABORDAGEM CRÍTICA

Numa tentativa de ruptura com as interpretações de pretensão geopolítica e reforçando o exercício das comparações, objetivamos a proposição de uma “nova cartografia social” – orientadora de práticas de pesquisa e distinta do sentido corrente do vocábulo “cartografia”. A noção de cartografia social aqui não pode ser entendida como se circunscrevendo uma descrição de cartas geográficas ou um traçado de mapas e seus pontos cardeais, com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. A verificação *in loco* de situações empiricamente observáveis remete a relações de pesquisa entre os investigadores e os agentes sociais estudados que, no caso em pauta, do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, se referem às comunidades tradicionais, cujos efeitos se manifestam, de maneira diferenciada, nos resultados obtidos.

Essa descrição de pretensão plural é constituída por práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes. Estes contribuiriam para descrever, com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos. Semelhante construção descritiva, que nada tem de interpretação dos atos como texto, ocorre na “confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes” (BOURDIEU, 2003, p. 694), desfazendo a ilusão empirista das “autoevidências” de campo. As confrontações encontram-se dispersas na vida social e se estruturam a partir da perspectiva de diferentes po-

sições<sup>251</sup>, e não apenas do prisma das instâncias de poder referidas ao Estado.

Nova cartografia social poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever, de maneira detida, por meio de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos. Todos são classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. Está-se chamando de consciência de suas fronteiras a confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, a unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais, produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenseamentos, cadastros, códigos e mapas.

Essa consciência de suas fronteiras enuncia uma tensão, cada vez mais perceptível, entre a consciência de si mesmos, expressa por ações coletivas e pelas autodefinições, e as categorias censitárias de identidade, apoiadas em critérios cromáticos (“preto”, “amarelo”, “branco”, “pardo”) e primordialistas, de nítida inspiração em classificações raciais. Estas são impostas uniformemente pelo poder do Estado, desde pelo menos 1872, data do primeiro censo demográfico do Brasil<sup>252</sup>. A principal configuração dessa ruptura concerne a um quadro de intensas mobilizações políticas desses agentes sociais, articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva, objetivada em movimento social, notadamente a partir de 1985-86, no âmbito das

---

251 Para um aprofundamento das questões referidas às “relações de pesquisa” e às “relações de entrevista”, ver: BOURDIEU, Pierre. “Compreender”. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997, p. 693-713 (Trad. Mateus S. Soares Azevedo et al.).

252 OLIVEIRA, João Pacheco de. Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais. In: \_\_\_\_\_ *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 124-151.

discussões que perpassaram a Assembleia Constituinte e foram incorporadas à Constituição Federal de 1988.

Por meio de práticas mobilizatórias que evidenciam conhecimento de seus direitos constitucionais, tais agentes interrogam sobre suas relações com a política – parcialmente exprimidas pelas organizações e pelos movimentos que os representam. Certamente que, para muitos estudiosos, tais ações coletivas<sup>253</sup> remetem à tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, apoiado em relações associativas que possibilitam uma interlocução permanente com o Estado e outros coletivos. Mediante esses “efeitos de agregação” (CEFAI, 2007, p. 08), aflora-se uma certa percepção da legitimidade das ações coletivas, que nos parece coextensiva a uma crença na eficácia dos direitos étnicos e territoriais para além de qualquer demanda de “reconhecimento” pelo Estado.

Todo esse conjunto de efeitos reforça uma autoconsciência que requer o reconhecimento recíproco de agentes sociais igualmente autoconscientes, que pode ser assim sintetizado: “é um de nós”. Ao mesmo tempo, possibilita condições para que cada um encontre a si mesmo no outro, delineando uma relação política fortemente solidária e um acordo explícito em torno de uma dada forma associativa, de uma pauta reivindicatória face ao Estado e de um mesmo território. Cada um, ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta, reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua “origem” e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta.

Esses agentes sociais agudamente conscientes de si mesmos e ombreados numa ação transformadora, ao repensarem sua história, percebem-se como se compusessem circunstancialmente um todo, mobilizados em torno de um propósito aproximado e de uma mesma forma de luta. Acham-se investidos de uma posição de legitimidade face ao próprio grupo, que se desdobra na condição de narradores das trajetórias

---

253 Para uma discussão sobre o sentido destas ações, consulte: CEFAI, Daniel. Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective. Paris: Éditions La Découverte, 2007. (Collection “Recherches”. Série Bibliothèque du MAUSS).

coletivas, reunindo atributos que se projetam para além do presente. Mostram-se, neste sentido, profundos conhecedores das particularidades ecológicas e geográficas, exímios artífices de paisagens, perquirindo realidades localizadas e esboçando caminhos entre acidentes naturais e artificiais topograficamente inimagináveis. Articulam uma combinação entre este conhecimento peculiar, ao mesmo tempo geográfico e ambiental, e uma ação política formulada em termos de identidade, indissociável de fatores econômicos. Ao fazê-lo, refletem a toda prova uma “nova descrição” e expressam, ademais, uma consciência de sua diferença e da singularidade de seus interesses em flagrante contradição com aqueles de seus antagonistas históricos.

Os mapas produzidos no contexto dessas mobilizações passam, portanto, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Neste processo de distinção, há um ritual de passagem eminentemente político, que direciona esse esforço analítico para determinações de existência diferenciadas. Há mobilizações que estão voltadas para a aprovação de leis, outras se empenham em lutas de “reconhecimento”, outras mais se mobilizam por seus territórios, enquanto outras ainda exigem medidas reparadoras e recusam qualquer “concessão”, num conhecido preceito de “conflito a todo custo”. Diante destas particularidades, torna-se difícil, senão improvável, fazer qualquer tipo de generalização ou elaborar um modelo que permita prever-lhes a evolução.

## 8.2 UNIDADES DE MOBILIZAÇÃO: CATEGORIA ANALÍTICA

A força dessas especificidades e de distinções que lhes são adstritas direciona o esforço analítico para determinações de existência, que tem como principais referências empíricas a região Amazônica, e para situações de emergência étnica dos denominados povos e comunidades tradicionais alhures. Em termos político-organizativos, verifica-se, nesse processo social, uma passagem que, respeitando a heterogenei-

dade de situações, pode ser assim sintetizada: as unidades sociais de referência (povos, comunidades e grupos) se transformam em “unidades de mobilização”<sup>254</sup>. Suas práticas diferenciadas e os laços de soli-

254 A expressão “unidades de mobilização” consiste numa noção operacional utilizada como recurso explicativo mediante situações de conflito social. Vem sendo reelaborada consecutivamente desde meados de 1987-88, em sucessivas experiências de pesquisa, que implicaram em atividades de mapeamento social, caracterizadas pelo fato de membros de povos, comunidades e grupos participarem diretamente da elaboração de mapas, constituindo-se em seus principais artífices. Resultaram em inúmeros trabalhos com comunidades quilombolas, povos indígenas, quebradeiras de côco babaçu, pescadores, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, piaçabeiros, povos de terreiro, peconheiros e artesãos na região amazônica, bem como com comunidades de faxinais no planalto meridional do país e com comunidades de fundos de pasto no semiárido nordestino. A partir de observações in loco das ocorrências de conflito, tem sido possível destacar um conjunto de condições favoráveis à aglutinação de interesses específicos de povos, comunidades e grupos sociais diferenciados. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado ou de antagonistas circunstancialmente mais poderosos. Em outras palavras e em outro nível de abstração, pode-se adiantar que as políticas governamentais e seus efeitos têm possibilitado elementos básicos à formação de composições e de vínculos solidários entre diferentes comunidades e povos nestas situações de conflito. São elas que concorrem decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos sociais não homogêneos do ponto de vista econômico. Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais povos, comunidades e grupos têm se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na Amazônia, mas em todo o país. Nestas unidades, o valor da força de trabalho não constitui sua base racional e declarada, mas, a despeito disto, verifica-se um elevado grau de coesão em suas práticas, tornando-as formas ágeis e eficazes de organização política. Por se encontrarem atreladas a lutas localizadas e imediatas, cuja especificidade se atém ao próprio tipo de intervenção dos aparatos de poder consorciados com interesses de empreendimentos privados, estabelecem uma articulação particular do político com o econômico, mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerram. Estas unidades mobilizam-se pela manutenção de condições de vida preexistentes aos grandes projetos em vias de implantação ou já implantados. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua reprodução física e social, à sua identidade e, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica. O que antes os dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimagináveis. Fatores étnicos, “raciais” e religiosos, usualmente acionados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas “minorias”, perdem, relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças intransponíveis. Ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, povos e comunidades vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio de uma “crise ecológica” (WOLF, 1984, p. 336-350) sem precedentes. As formas de resistência que engendram para enfrentar essas adversidades evidenciam estratégias de luta consolidadas pelas unidades de mobilização, que passaram a ter nos mapas um de seus fatores de articulação e

dariedade política<sup>255</sup> se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva traduzida pela indissociação entre os conflitos e a consciência de suas fronteiras usurpadas, retratadas fidedignamente pelo mapeamento social.

Face à projeção dos narradores e à complexidade das relações sociais, o processo de produção cartográfica já não encontra condições de possibilidade para insistir numa representação “objetiva” da superfície terrestre e do quadro natural. Conjugado com esta relativização, tem-se que o termo “nova”, enquanto adjetivante, não só assinala uma insuficiência teórica e uma certa incapacidade de explicar fenômenos recentes, mas traduz, sobretudo, imprevisibilidade, chamando a atenção para um aspecto dinâmico e situacional, que caracteriza o processo de construção cartográfica dos chamados mapeamentos sociais e de realidades que estão por vir. As noções operativas referentes à “nova cartografia social” encontram-se, pois, em constante movimento, relativizando seus resultados, politizando as relações e desdizendo concomitantemente as tentativas “objetivistas”, as “ilusões empiristas”, as instruções normativas e os manuais de inspiração “positivista”, que buscam a cristalização dos procedimentos de produção de mapas e mapeamentos.

---

de conhecimento comum (ALMEIDA, 2011, p. 17). Para maiores detalhes, consulte: ALMEIDA, A. W. B. de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: \_\_\_\_\_. Os quilombos e as novas etnias. Manaus: UEA, 2011, p. 15-33.

255 Na busca por demonstrar a complexidade desta passagem e as discordâncias em torno dela, importa citar Rancière, que busca construir, diferentemente de Bourdieu, um “sujeito político” fora deste jogo de oposições: “Un sujet politique ce n'est pas un groupe qui prend conscience de lui-même, se donne une voix, impose son poids dans la société. c'est un opérateur qui joint et disjoint les régions, les identités, les fonctions, les capacités existant dans la configuration de l'expérience donnée [...]” (RANCIÈRE, 1995, p. 188). Cf. RANCIÈRE, Jacques. La mésentente. Politique et philosophie. Paris: Galilée, 1995.

### 8.3 FILÓSOFOS E ANTROPÓLOGOS: UMA “NOVA DESCRIÇÃO”

A análise crítica das práticas de cartografar tornou-se recentemente objeto de reflexão e debate de filósofos<sup>256</sup> (Foucault<sup>257</sup>, Deleuze e Guatarri<sup>258</sup>, Agamben<sup>259</sup>), sociólogos e antropólogos<sup>260</sup> (Bourdieu<sup>261</sup>, Bateson<sup>262</sup>, Baudrillard<sup>263</sup>, Goody) – invertendo direções, recompondo paisagens, alar-

256 Poder-se-ia argumentar, de maneira complementar, que, desde pelo menos o século XIX, os filósofos tratam da questão cartográfica, e esta assertiva mostra-se pertinente, afinal, em 1897, o filósofo Ricardo Luddecke publicou o Atlas Escolar Português.

257 FOUCAULT, Michel. Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris: Seuil-Gallimard, 2004.

258 DELEUZE, Gilles; GUATARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. I. São Paulo: Editora 34, 2007. (Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa).

259 AGAMBEN, Giorgio. Nudex. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2009. (Trad. Miguel Serras Pereira).

260 Na história da antropologia, as discussões com a abordagem geográfica mostram-se recorrentes desde as últimas décadas do século XIX. O texto “Estudo da Geografia”, de Franz Boas, datado de 1887, inaugura este debate, discutindo “duas concepções sobre a natureza da pesquisa científica”, cuja distinção encontrava-se nos métodos: o “físico” e o “histórico”. Para Boas, a “influência da geografia” era “uma questão extremamente complexa” (STOCKING, 2004, p. 24-25). Não é difícil constatar que o primeiro capítulo das descrições etnográficas invariavelmente referia-se ao quadro natural ou espacial das narrativas denominadas setting. Os mapas, que passam a integrar os trabalhos etnográficos, tornam-se mais destacados nas etnografias a partir dos trabalhos de campo de B. Malinowski. Cf. STOCKING Jr.; GEORGE, W. Franz Boas. A formação da antropologia Americana, 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004, p. 15-38. (Trad. Rosaura C. L. Eichenberg).

261 BOURDIEU Pierre. Campo do Poder. Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: \_\_\_\_\_. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 184. (Tradução de Sérgio Miceli et al.).

262 Segundo Deleuze: “Gregory Bateson serve-se da palavra “platô” para designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior” (DELEUZE, 2007, p. 33). O trabalho de Bateson que é citado se trata de: *vers une écologie de l'esprit*. Este termo “platô” que integra também o título do livro de Deleuze, anteriormente citado, é tomado à botânica e utilizado no estudo dos bulbos, tubérculos e rizomas.

263 Baudrillard nos convida a refletir que o mapa precede ao território e é através dele que o território seria construído. A gradação em pauta trata-se de um argumento polêmico, que busca inverter as proposições correntes, seja de geógrafos ou de sociólogos. Esta interpretação levanta indagações: o mapa sucederia à consciência das fronteiras? No processo de cartografar é que a percepção do território se consolidaria? A polêmica é política, e a eficácia das mobilizações é que habilita cada

gando horizontes, abrindo debates e arrebatando a questão dos domínios estritos do conhecimento técnico, no qual ela já estaria consolidada como tributária da geografia e de disciplinas militares. “Mapear uma região” não significaria, portanto, a mesma proposição quando perpetrada pela geografia – consoante, por exemplo, critérios náuticos da marinha chinesa por volta do século XIII ou critérios geopolíticos dos militares prussianos do final do século XIX e das primeiras décadas do XX – ou quando formulada por critérios de inspiração epistemológica de filósofos e antropólogos, no final do século XX e na primeira década do século XXI. Para Foucault e Deleuze, seriam formações discursivas inteiramente distintas e caberia aos sistemas explicativos não desconhecer a “novidade dos critérios”, fixando com rigor os cortes ou rupturas e tratando-os de maneira detida e crítica.

Essa distinção rompe com a rigidez do cartografismo histórico, reinterpreta fontes documentais e arquivísticas (GOODY<sup>264</sup>, BLACK<sup>265</sup>, CORTES<sup>266</sup>) e permite-nos asseverar que a “nova cartografia social” observa os ditames do rigor científico. Incorpora, também, a mobilização dos agentes sociais e suas respectivas formas organizativas e representações do território, bem como o aspecto extremamente dinâmico do processo de produção cartográfica.

Deleuze<sup>267</sup>, ao analisar *Vigiar e Punir*, de Foucault, fala, inclusive, de maneira explícita, de “um novo cartógrafo” (DELEUZE, 2005, p. 33).

---

forma organizativa a dar suas respectivas respostas. Vide: BAUDRILLARD, Jean. *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée, 1981.

264 GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: Editora UNESP, 2011. (Trad. Magda Lopes). p. 94-95 e 267-270.

265 BLACK, Jeremy. *Mapas e História. construindo imagens do Passado*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005. (Trad. Cleide Rapucci).

266 CORTÉS, E. L.; ORTIZ, C. P.; GONZÁLEZ, R. A. B. *De la etnografía antropológica territorial a la etnografía de la globalización*. Jalisco, México: Universidad de Gualajara, 2007.

267 Para Deleuze, a interpretação de Foucault não assinalaria mais um lugar privilegiado como fonte de poder. Em decorrência, ela recoloca as concepções de espaço físico e de espaço social, abrindo novas possibilidades de analisar as reações entre poder político e defesa do território. “Notar-se-à que ‘local’ tem dois sentidos bem diferentes: o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque ele é difuso” (DELEUZE, 2005, p. 36). Cf. DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005. (Trad. Claudia Sant’Anna Martins).

Deleuze sublinha que Foucault refuta um certo número de postulados, dentre eles os da “propriedade”, da “localização”, da “subordinação” e da “essência”. Ele critica o “postulado da localização”, segundo o qual “o poder seria o poder de Estado”, estando localizado no próprio aparelho de Estado (DELEUZE, 2005, p. 35). Argumenta Deleuze que, para Foucault, ao contrário, haveria uma dispersão, isto é: “o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma ‘microfísica do poder’” (DELEUZE, 2005, p. 35). As relações de poder perpassam povos, comunidades e grupos nas decisões de como construir o mapa ou de como delimitar seu território. Narrar memorialisticamente os pontos extremos, traçar uma linha, elaborar uma planta ou croquis e identificar pelo conhecimento local os marcos divisórios e os lindeiros implicam confronto direto em relações de poder.

O arrebatamento da questão por filósofos e cientistas sociais tem forçado, deste modo, aqueles domínios de conhecimento. Estes, já instituídos formalmente para pensar o processo cartográfico, a proceder redefinições, ressemantizações e relativizações de noções básicas da cartografia, haviam se tornado lugar comum e não mais requeriam explicações ou demonstrações de sua eficácia científica. A partir desta abordagem crítica, verifica-se que tanto o conceito corrente de cartografia<sup>268</sup> quanto as “relações espaciais” que caracterizaram historicamente o conceito cartográfico de território estariam conhecendo atualmente

---

268 Conforme o manual “Noções Básicas de Cartografia”, de 1999, que corresponde ao número oitavo da série Manuais Técnicos em Geociências, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Diretoria de Geociências e seu Departamento de Cartografia, tem-se que, em 1966, foi estabelecido pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e posteriormente ratificado pela UNESCO o seguinte conceito de cartografia: “A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização” (IBGE, 1999, p. 12). Nos termos deste manual, este conceito seria “hoje aceito sem maiores contestações” (p. 12).

uma certa dispersão e passando por transformações profundas. Por serem muito recentes e complexas, redefinindo inclusive as teorias acerca da categoria espaço<sup>269</sup>, reconceituando território<sup>270</sup> e indagando quem é o sujeito da ação cartográfica, tais mudanças são difíceis de serem estimadas em toda sua extensão. Mediante essa pressão pluridisciplinar, que tem insistido no primado da reflexividade, relativizando o papel de quem produz os mapas, é que o processo de produção cartográfica já não busca necessariamente, como sublinhado em momentos anteriores, a representação “objetiva” e acabada da superfície terrestre e se afasta da orientação normativa do positivismo.

Na primeira década e meia do século XXI, estamos diante de uma pluralidade de identidades coletivas na região da Pan-Amazônia, que reflete diretamente sobre as políticas de reconhecimento e de redistribuição. A emergência dessas identidades, segundo critérios étnicos, ambientais e político-organizativos, propicia condições de possibilidades para sua objetivação em movimentos sociais: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), *Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (COICA), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Essa objetivação traz consigo

---

269 Harvey, inspirado em Henri Lefebvre, reconstitui a conceituação de espaço em Marx, que considera estreitamente ligada à problemática do imperialismo e recupera as polêmicas em torno de uma produção do espaço. Discute, em resumo, a noção de capital como entidade espacial ou territorializada, isto é, o capitalismo avança sobre novos espaços físicos, acelerando a circulação das mercadorias e desestruturando, assim, o espaço através do “encurtamento” do tempo (HARVEY, 2011). Cf. HARVEY, David. *The Geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marx's theory, spaces of capital: toward a critical Geography*. Edinburgh: University Press, 2001; e também: *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

270 Chamando a atenção para reconceituações de território, Bensaïd, lendo Harvey, acrescenta que a “nova fase de acumulação do capital globalizado” está implicando numa reorganização de espaços e territórios, que conduz a uma hierarquização territorial e a medidas de controle extremo do trânsito de pessoas com a construção de uma série de muralhas, seja contra os palestinos, seja na fronteira do México com os Estados Unidos, seja em Ceuta, impedindo os africanos de terem livre acesso ao continente europeu (BENSAÏD, 2008, p. 14). Cf. BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. (Trad. Wanda Caldeira Brant).

novas modalidades de pensar o significado de política e dos padrões de relação política. As modalidades de percepção expressam um jogo que não é só de poder político, que não se restringe a mobilizações, mas remete a saberes diversos, coadunados com múltiplas formas de reprodução social. Neste sentido, as políticas engendradas pelo Estado tanto ativam o “capital militante”, de um lado, quanto os corpos técnicos burocrático-administrativos de outro. Em decorrência, tem sido possível verificar que as carreiras militantes se projetam na vida política, segundo critérios intrínsecos de ação coletiva e prática política. Constatam-se, também, pautas reivindicatórias diversas, que apontam para processos diferenciados de territorialização, que refletem territorialidades específicas e a direitos territoriais sucessivamente acionados. Importa discutir o sentido dessa pluralidade e seus efeitos nos países da Pan-Amazônia.

Ao mesmo tempo, cabe destacar que os mapas deixaram de ser instrumentos reservados principalmente aos doutos, aos sábios e aos “poderosos” ou aos aparatos de Estado. O acesso aos seus meios de produção, mesmo requerendo o conhecimento de determinadas inovações tecnológicas, acha-se disposto ao alcance de um público amplo e difuso. A vulgarização científica amplia significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento técnico antes restrito a especialistas e peritos. Com esta abordagem, os mapas passam de uma construção privada, circunscrita a especialistas, para uma construção de sentido público ou aberta a um público amplo e difuso. Nesta brecha na conhecida oposição binária, público/privado, é que se posicionam aqueles que estão à margem da cena política legítima, passando a ter papel relevante nos mapeamentos sociais, recolocando-se, enquanto força social, nas relações de poder. Eis o corolário: mapear é mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo uma descrição em movimento para além de qualquer abordagem que tome a descrição como uma “textualização”, tal como sugere Clifford<sup>271</sup> em relação a Geertz (CLIFFORD, 2002, p. 39).

271 CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. (Organização e revisão técnica de José

## CONCLUSÃO

O processo de publicização da cartografia social, que a conduz ao patamar de “nova”, evidencia o quanto ela vai recusando os rótulos oficializantes ou se afastando das orientações manualescas. Num sentido oposto, se aproxima de abordagens críticas da “sociedade” e das mobilizações políticas que encaminham reivindicações territoriais às instâncias de poder. Conceitos com determinação de existência, tais como “processo de territorialização”<sup>272</sup> (OLIVEIRA, 1998) e “mapeamento social” ou noções operativas como “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2006), tornam-se instrumentos de descrição etnográfica. Com essa aproximação, podem ser elaboradas interpretações críticas mais percucientes e capazes de detalhar as implicações intrínsecas às diferentes modalidades oficiosas de mapeamento perpetradas por agências estatais ou por agências multilaterais (Bird, Bid), ou ainda por associações voluntárias da sociedade civil (ONGs), como acentua Acselrad<sup>273</sup>. O caráter oficioso das iniciativas dessas referidas agências nutre um pseudo-consenso em torno das práticas cartográficas de zoneamentos “etnoambientais” e “ecológico-econômicos”, sob a regência de uma discutível “ambientalização”<sup>274</sup> (LEITE, 2004, p. 17). Esta é orientadora

---

Reginaldo Santos Gonçalves).

272 OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana: estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN-UFRJ. N° 4/1.1998.

273 Em contraposição aos que consideram os mapas unicamente como instrumento de poder e não de resistência à dominação, Acselrad nos convida a refletir sobre um vasto campo de conhecimentos, em que a cartografia social tanto é vista como esforço de resistência às dinâmicas de globalização quanto um instrumento de apoio à efetivação destas mesmas dinâmicas (ACSELRAD, 2008, p. 10). Para um aprofundamento dessas interpretações, consultem-se as coletâneas organizadas por Acselrad: i) *Cartografias sociais e territórios*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2008, e também ii) *Cartografias social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010.

274 Reiteramos uma passagem bastante elucidativa do livro de Sérgio Leite Lopes: “O termo ‘ambientalização’ é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos” (LEITE et al., 2004, p. 17). Seu uso difuso e acrítico propicia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio-ambiente” como se

de critérios que passam a propalar o preceito de “proteger a biodiversidade” e de delimitar áreas de incidência de determinados recursos naturais, considerados “essenciais” ou “estratégicos”.

Ainda que essa tendência persista pontificando com respeito à região amazônica, cabe registrar que estamos assistindo, neste início da segunda década do século XXI, um certo esgotamento de esquemas explicativos que privilegiam fatores ambientais para explicar realidades localizadas. A ênfase nesses “fatores ambientais” e seu poder explicativo revelam sinais de exaustão por meio de formações discursivas caracterizadas pela monotonia, pela repetição e pela enumeração infinita de autoevidências. Criam-se, portanto, condições propícias para a emergência de uma “nova descrição” de diferentes biomas, quaisquer que sejam. Pode-se concluir dizendo que a cartografia aproxima, pelas mobilizações políticas, o que a geopolítica separaria.

---

constituísse “naturalmente” um fator de consenso na vida social. Cf. LEITE et al. (Org.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: NUAP, Ed. Relume & Dumará, 2004, p. 17-38.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias Sociais e Territórios*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Cartografias Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. Lisboa. *Relógio D'água Editores*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Nudez, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: \_\_\_\_\_. *Os Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA, 2011. p. 15-33.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée, 1981.

BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do Passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis teoremas da resistência para o tempo presente*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Trad. Mateus S. Soares Azevedo et al. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. p. 693-713.

\_\_\_\_\_. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: \_\_\_\_\_. *A Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CEFAI, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: Éditions La Découverte, 2007. (Collection "Recherches". Série Bibliothèque du MAUSS).

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. (Organização e revisão técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves).

CORTÉS, E. L.; ORTIZ, C. P.; GONZÁLEZ, R. A. B. *De la etnografía antropológica territorial a la etnografía de la globalización*. Jalisco, México: Universidad de Gualajara, 2007.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1967.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_.; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Vol. I. São Paulo: Editora 34, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil-Gallimard, 2004.

GOODY, Jack . *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur*. Buenos Aires: El Cid Ed., 1979.

HARVEY, David. The Geography of Capitalist Accumulation: a reconstruction of Marxian Theory. In: \_\_\_\_\_. *Spaces of capital: Towards a Critical Geography*. Edinburgh: University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LEITE, Lopes *et al.* (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NUAP, Ed. Relume & Dumará, 2004.

MATTOS, Gal. Carlos de Meira. *Brasil, Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1975.

\_\_\_\_\_. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1977.

MELLO, Leonel I. A. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. Univ. do Amazonas, 1997.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico* (Geopolítica e Política Externa no Brasil pós-64). Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana: Estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro. PPGAS-MN-UFRJ. Nº 4/1.1998.

\_\_\_\_\_. Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 124-151.

RANCIÈRE, Jacques. *La mésentente*. Politique et philosophie. Paris: Galilée, 1995.

RODRIGUES, Lysias. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

STOCKING, George. *Franz Boas: A formação da antropologia Americana, 1883-1911*. Trad. Rosaura C. L. Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora UFRJ, 2004.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1947.

VELHO, Otavio G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.